



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A PARADIPLOMACIA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMO INSTRUMENTO DE INTERAÇÃO ENTRE CIDADES E UNIVERSIDADES

Claudia Beatriz Batschauer da Cruz

Universidade do Vale do Itajaí
ccbrasil@hotmail.com

Giovani Ehrhardt

Universidade Federal de Goiás
ehrhadt@phd.iseg.utl.pt

Pedro Guilherme Kraus

Fundação Getulio Vargas (FGV).
ibi@ibi-americas.com.br

RESUMO

A ação externa por parte de governos municipais no Brasil, com foco principalmente no levantamento dessas ações e sua categorização. Por outro lado, os processos de internacionalização de Instituições de Ensino Superior – IES vêm recebendo atenção de pesquisadores, que se dedicam a traçar seu histórico, seus fins e formas. No entanto, não se verifica na literatura especializada o estudo da interação entre as ações externas de IES e subgovernos, especialmente os municipais. Em virtude desse cenário, o presente artigo tem por objetivo verificar a existência ou não de uma interação entre os processos de internacionalização das IES pertencentes à Associação Catarinense de Fundações de Ensino - ACAFE e dos municípios onde têm sua sede. Para tal, realizou-se um estudo preliminar sobre a rede de contatos internacionais das instituições pertencentes à ACAFE e sua possibilidade de servir como instrumento a ser utilizado pelos municípios para potencializar suas relações exteriores ou paradiplomáticas. Utilizou-se o método qualitativo, com pesquisa a fontes primárias e secundárias - em alguns casos as informações foram obtidas através de entrevista telefônica, tanto com representantes do alto escalão dos governos municipais envolvidos, como com responsáveis pelos Assuntos Internacionais das IES. A pesquisa é exploratória e possui também fins descritivos. Verificou-se que mesmo em municípios em fases mais avançadas de internacionalização, a interação com as IES ainda é incipiente, carecendo de um movimento indutor que potencialize essa parceria.

PALAVRAS CHAVES: Paradiplomacia – Internacionalização - Instituições de Ensino Superior IES.

ABSTRACT

This paper describes the study of paradiplomacy and the importance of taking advantage of the international universities programs for cooperation and exchange. Aims to present programs of cooperation and international exchange of a Higher Education Institution HEI as important instruments to be used by the states and municipalities to enhance its foreign

relations or paradiplomacy. The example will help clarify the approach to the concept and realize the transition from the conceptual approach and case application. Working the conceptual aspects, identifying the example studied is an isolated case or whether, as a reinforcement to our statements, it is usual practice and needs regulation. Demonstrated the applicability of the concept, will present the use of Higher Education Institution HEI's international programs as an instrument of paradiplomacy for sub-national entities involved. The conceptual work is to examine the scope of the institute Paradiplomacy through the identification of concepts, historical development, regulation, impact on Brazil and abroad and its consequences, establishing the distinction and correlation with conventional diplomacy and its application by sub-national entities. And last, analyze the possibilities of using the programs of international cooperation and exchange of a HEI from one case, whose sponsor is a local government foundation, located in one of the most important ports in the country, with a clear international vocation . This study intended to serve as the basis for other more in-depth about the Brazilian HEI in general.

Key-words: Paradiplomacy – University Internationalization – Cooperation and International Exchange – Higher Education Institution HEI

1. INTRODUÇÃO

O tempo de negociação no mundo contemporâneo é acelerado. Acordos e contratos internacionais são fechados através de um “clic”. Sob o prisma da globalização, é natural que os Estados Federados e Municípios procurem maior velocidade nas negociações com o exterior, para manter-se ou alcançar uma posição no ranking nacional, buscando a negociação direta com Governos Centrais e Não-Centrais ou Subnacionais estrangeiros e outras instituições. Neste trabalho, serão utilizadas as expressões entes ou governos subnacionais ou subestatais, bem como subgovernos ou governos regionais para indicar os governos não centrais (no caso do Brasil, os governos estaduais e municipais). Utiliza-se o termo paradiplomacia para designar as ações externas dos acima entes subestatais.

Em muitos casos, a atuação do Governo Federal é demasiado lenta para o tempo das empresas e neste ínterim, muitas oportunidades são absorvidas pelos entes subnacionais - Estados e Municípios -, que criam oportunidades e viabilizam as condições de investimento e/ou negócios necessárias. As ações internacionais dos municípios desenvolvem-se com objetivos diversos, tanto econômicos quanto culturais. Há uma crescente atuação dos entes subnacionais nas relações internacionais, estreitando a relação entre as nações através de suas ações paradiplomáticas.

Neste trabalho, utiliza-se as expressões: entes ou governos subnacionais ou subestatais, bem como subgovernos ou governos regionais para indicar os governos não centrais. No caso do Brasil, os governos estaduais e municipais. Utiliza-se o termo paradiplomacia para designar as ações externas dos acima entes subestatais.

As Instituições de Ensino Superior - IES (termo usado como sinônimo de universidades, centros universitários centros de ensino, faculdades, institutos), por seu turno, desenvolvem seus programas internacionais, na maioria das vezes, sem articulação com os governos subnacionais, o que leva a um desperdício de oportunidades e contatos que poderiam ser potencializadores da ação externa desses governos. Ao mesmo tempo, muitas oportunidades não podem ser aproveitadas pela universidade pela falta de conhecimento das ações exteriores dos governos sbestatais, os quais atuam sem a devida articulação com as instituições de ensino. Neste trabalho, os municípios que são objeto de pesquisa são os que têm instalada em seu território a sede de alguma IES pertencente à ACAFE, as quais serão detalhadas mais adiante.

Criada em 02 de maio de 1974, a ACAFE é uma associação que reúne as “fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado”. Trata-se de “entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal”. (ACAFE, 2012)

Propõe-se, portanto, apresentar os convênios e programas de cooperação e intercâmbio internacional, ou a rede de cooperação internacional das universidades como importantes instrumentos a serem utilizados pelos municípios para potencializar suas atuações exteriores, o que na prática se convencionou chamar de paradiplomacia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Paradiplomacia

Conquanto antecipado os programas de cooperação e intercâmbio internacional das universidades como instrumentos potencializadores e/ou desencadeadores das atuações internacionais dos órgãos não-centrais, convém, por oportunidade, destacar e individualizar alguns institutos e conceitos necessários à compreensão do tema.

No que tange à paradiplomacia, destaca Lessa (2002), que a expressão foi trazida ao debate acadêmico pelo basco Panayotis Soldatos, para designar a atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados.

A atividade diplomática por sua vez está relacionada à condução das relações exteriores por Governos Centrais ou Nacionais ou como queira denominar os Entes políticos dotados de Soberania – Estados. (LECOURS, 2008)

Enquanto a diplomacia tradicional incumbe aos Estados, entes políticos soberanos, dotados de personalidade jurídica internacional, a paradiplomacia surge às margens daquela, não porque se contrapõe, mas pela atuação internacional paralela dos entes políticos não centrais, que pode se estabelecer com ou sem a intervenção do ente político central.

Neste sentido Gambini (2006) define que paradiplomacia seria a possibilidade de Estados-membros, províncias, regiões e cidades formularem e executarem uma política externa própria, com ou sem auxílio da União.

Já Branco (2007; 2008) define a Paradiplomacia como a possibilidade de entes não centrais celebrarem tratados e atos internacionais, em particular, Estados membros e municípios de um Estado Federal. Afirma também que a doutrina mais tradicional entende que, à exceção das organizações internacionais, apenas os Estados soberanos, em razão de sua qualidade de sujeito de Direito das Gentes, possuem capacidade para celebrar tratados, típica manifestação de vontade de sua personalidade jurídica internacional.

Para Tatiana Lacerda Prazeres (2004), ao tratar da paradiplomacia, especificamente dos entes não centrais, afirma que por tecnicidade deveria se utilizar a expressão “subestatal” e não “subnacional”, respeitando a distinção entre Estado e nação. Todavia, a expressão que se frequentemente se encontra na literatura, bem como, a adotada pela autora é a de “subnacional”.

Entretanto, os termos subnacionais, subestatais, regionais ou não centrais se prestam a identificar os mesmos entes, sejam eles, estados federados, províncias, municípios, departamentos, distritos ou qualquer outro ente político não dotado de soberania e vinculado a um governo central.

Em suma, não há um conceito único que expresse veemente a melhor definição de paradiplomacia, mas, todos, corroborados, formam a ideia do que se pretende, futuramente, definir paradiplomacia.

No Brasil, o fenômeno da Paradiplomacia, ainda está em desenvolvimento e suas ocorrências são recentes, configurando um processo mais lento, uma vez que não está regulamentada em lei.

As leis brasileiras não concedem liberdade direta para os Estados membros de uma federação. Toda negociação tem que ter autorização do Senado ou do setor responsável para tal. No ordenamento jurídico brasileiro, especificamente, o art. 21, inciso I, da Constituição da República prevê: “Art. 21. Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”.

Embora pareça que as relações internacionais estão sob o domínio do Governo Central, os subgovernos brasileiros vêm atuando de modo freqüente. Prazeres (2004), afirma que apesar da repressão sofrida pelos subgovernos, aos poucos a Paradiplomacia vem sendo reconhecida no Brasil.

No país, como indica a Constituição de 1988, não é formalizada e nem autorizada a prática da relação exterior dos Estados federados brasileiros, mas no cenário internacional existem fontes que contradizem as leis brasileiras.

Em que pese a falta de regulamentação interna, a possibilidade de Estados despidos de personalidade jurídica internacional celebrarem tratados foi expressamente reconhecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, 10 de dezembro de 1982), ao prever no artigo 305, inciso 1, alínea “d”, que a Convenção está aberta à assinatura de “todos os Estados autônomos associados que, de conformidade com os seus respectivos instrumentos de associação, tenham competência sobre as matérias regidas pela presente convenção, incluindo a de concluir tratados em relação a essas matérias” (BRANCO, 2007, p. 54).

No Brasil, a chamada paradiplomacia dos entes federativos vem demonstrando vigor excepcional nos últimos anos, sinalizando fenômeno original na conformação do processo decisório da política exterior e comercial do país. Com uma introdução inédita de certo “federalismo social”, do qual a autoridade política descentralizada atua mais próxima às realidades e interesses socialmente constituídos. Essa nova dimensão vem impregnando positivamente a gestão do Estado, dando, entre aspas, maior capacidade para os subgovernos. Uma das possíveis razões, onde Estados e municípios estão buscando o mundo exterior é o fato desses, estarem sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico. (SARAIVA, 2004).

Silva (2005, p. 46) frisa que:

No Brasil, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem celebrar tratados de financiamento, desde que tenham aval do Senado Federal. Deve-se salientar que isso não ocorre em todos os Estados federados, pois a Lei Federal alemã concede às suas unidades federadas uma capacidade contratual bem resumida em termos de relações internacionais, enquanto nos EUA, por exemplo, há uma série de restrições constitucionais aos poderes dos Estados-membros [...].

Tal financiamento não pode ser entendido como um tratado externo, já que as leis brasileiras não aprovam este tipo de negociação.

No caso brasileiro, a dimensão dessas atribuições pode ser claramente identificada na preocupação do Ministério das Relações Exteriores em adequar-se à nova situação, não institucionalmente formalizada, mas ganhando significativo peso, que não reconhece o instituto da paradiplomacia, todavia, admitindo expressamente no Manual de Procedimentos da Prática Diplomática Brasileira, a sua crescente prática (Ministério das Relações Exteriores, 2008, p.5).

No que diz respeito à institucionalização das ações externas de entes subestatais, Branco (2007) aponta:

A Constituição da República de 1988, como já restou demonstrado, não institucionalizou, definitivamente, a paradiplomacia no ordenamento jurídico pátrio. Toda a competência internacional é atribuída à União. No entanto, o pacto federativo pre-

visto na Carta Política criou algumas condições institucionais propícias para que os municípios e os estados federados pudessem se engajar em atividades paradiplomáticas. De fato, os entes federativos brasileiros não poderiam ficar à margem do processo, notadamente em razão da proliferação da paradiplomacia em países vizinhos, como, por exemplo, na Argentina (Branco, 2007, p. 59).

Os fatos históricos indicam que o fenômeno da Paradiplomacia começou na época da Ditadura. Segundo Rodrigues (2004), o tema foi trazido para o Brasil por Leonel Brizola na década de 80, originário da articulação com partidos social-democratas europeus, canadenses e latino-americanos. Clóvis Brigagão, assessor do partido de Brizola (após a volta ao Brasil, já como governador do Rio de Janeiro) na época, foi quem criou e coordenou a primeira assessoria internacional de um Estado brasileiro. Este é considerado o marco do início da diplomacia federativa no país (RODRIGUES, 2002)

No governo de Pedro Simon (1987-1990), o Rio Grande do Sul, de acordo com Rodrigues (2004), assumiu o protagonismo subnacional no processo de integração do Brasil com a Argentina, e teve papel fundamental na Aprovação do Protocolo 23 (Fronteira 1988), primeiro instrumento internacional negociado e aprovado pelo Brasil, que pela primeira vez reconhece a participação de governos subnacionais na política externa do País.

Nota-se que no Brasil a Paradiplomacia vem acontecendo, e conforme os relatos citados, já possuíram uma história marcante. Mesmo sem a Paradiplomacia ser formalizada em lei, no Brasil, os Estados federados podem concluir entendimentos formais com unidades ou governos estrangeiros se o ato for celebrado pelo Governo federal com o governo central do outro Estado.

De acordo com Saraiva (2004) os governos subnacionais (governadores estaduais brasileiros), têm criado agências, assessorias e secretarias de governo. Essas entidades recebem atribuições no campo da internacionalização de suas estratégias de desenvolvimento. Com as redes de relacionamento que criam com outras cidades, os governos municipais se articulam forças políticas “mediadas pelos interesses locais econômicos e sociais, elaborando políticas públicas e programas de governos com interesses voltados para a inserção das cidades na economia global com metas regionais (GAMBINI, 2006, p. 2).

Tomando como foco o Estado de Santa Catarina, Prazeres (2004) traz outro exemplo quando descreve a atuação do Governo Catarinense nos anos de 2000 e 2001, período em que realizou várias viagens para países da América do Sul, Europa e Ásia. Destas viagens resultaram várias relações, sendo uma delas o Codesul.

O vínculo relativamente forte entre o Codesul (Conselho para o Desenvolvimento Econômico do Sudoeste do Brasil, do qual participam os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul) e o Crecenea-Litoral (Comissão Regional do Nordeste da Argentina para o Comércio Exterior, integrado pelas províncias de Chaco, Corrientes, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé) é um exemplo de institucionalização das relações internacionais. (VIGEVANI, 2006, p. 134)

Alguns municípios catarinenses vêm desenvolvendo ações internacionais que têm resultado em programas permanentes com instituições no exterior, seja no caso da firma de convênios de cidades irmãs (Joinville, Criciúma), convênios para projetos de desenvolvimento tecnológico (Florianópolis) ou sua inserção em eventos de porte internacional (Itajaí).

2.2. Internacionalização

Assim como acontece com as empresas, num processo de internacionalização de IES ou de municípios, um aprendizado sequencial, e que a internacionalização é fruto de um acordo-compromisso das suas lideranças em todos os níveis que deve estar ligado à existência de um ambiente propício. A existência de IES ou governos municipais sem atuação internacional deve ser considerada possível.

Ressalta-se que não há fases mais ou menos adequadas a diferentes tipos de IES (universidades, centros universitários centros de ensino, faculdades, institutos) ou aos municípios. Diferentes IES e municípios podem vivenciar fases distintas ou coincidir nesses aspectos, sem seguir uma ordem. Contudo, dificilmente se chegará à última fase sem que algumas questões relativas ao comprometimento institucional em nível da administração superior e departamentos/secretarias sejam reafirmados e institucionalizados.

O retrocesso está geralmente ligado à importância e consistência dada pela administração superior ao processo de internacionalização. Quanto mais prioritário for esse processo para a IES ou para o município, maior o seu comprometimento e menor o impacto provocado por questões políticas internas e mudanças na administração superior.

Comprometimento, em todos os níveis, e o desenvolvimento institucional planejado (administrativo e acadêmico) são, portanto, peças-chave para a consolidação da internacionalização de IES e municípios.

Apresenta-se abaixo as fases de internacionalização e suas características.

Fase:	Caracterização da Fase:
Primeira Fase: Sem Atuação Internacional	Não existem elementos dinamizadores que possibilitem o processo, além do conhecimento dos passos a serem seguidos, a internacionalização pode ser vista como algo desnecessário ou fora do alcance da instituição.
Segunda Fase: Pré Atuação Internacional	Considera-se que já tenham passado por algumas experiências internacionais, ainda que indiretas (ou não institucionalizadas). Podem ter, em seus quadros, colaboradores que tenham tido experiência no exterior (em alguns casos, inclusive, apoiando-os), mas sem vínculos institucionais claros quanto ao retorno dessa experiência. Nesta fase, geralmente a alta administração realiza viagens exploratórias para conhecer outras instituições no exterior, ou tomam contato com essas instituições através da participação em missões, ou ainda recebendo visitas de representantes estrangeiros. Apesar de que a assinatura de convênios possa ocorrer nesta fase, não se desenham ações concretas ou de longo prazo, e não há um comprometimento formal por parte das lideranças, em termos de resultados ou financiamento.
Terceira Fase: Atividades Irregulares	Detecta-se, nesta fase, a necessidade de se aproveitar algumas possibilidades que se abrem através dos contatos estabelecidos e a assinatura de convênios. Algumas ações são desenvolvidas (no âmbito de convênio ou não), mas ainda não há uma política institucional para maximizá-las e mantê-las ao longo do tempo. Nesta fase, as relações internacionais ainda estão restritas à administração superior e/ou aos responsáveis por uma secretaria/setor de relações internacionais (função burocrática), que podem começar a envolver a instituição/governo ou a participar de organizações ou grupos internacionais de universidades/cidades. Nesses casos, a participação, na maioria das vezes, é passiva, sem um maior envolvimento nos projetos ou programas realizados. Nesta fase, em geral, devido aos grandes esforços e reduzidos resultados, os dirigentes percebem a necessidade de se participar de forma planejada e ativamente.
Quarta Fase: Institucionalização Inicial	Quando a alta administração percebe a necessidade de inserir-se em programas mais amplos (e que envolvem uma maior responsabilidade e comprometimento). Passa-se a focar a atenção nas relações internacionais em nível mais descentralizado, em que alguns setores podem estar desenvolvendo ou começando a desenvolver ações com o exterior. Contudo,

a orientação de direcionamento, por parte dos dirigentes, se faz mais presente, e o que antes eram ações isoladas passam a fazer parte de uma estratégia de internacionalização. Nesta fase, apesar de se verificar uma certa institucionalização no processo de internacionalização, eventos como a troca de prefeito/reitor ou mudanças nas lideranças em postos diversos podem comprometer as ações e programas em andamento e provocar retrocessos visíveis.

Quinta Fase: Institucionalização Consolidada O papel da secretaria/setor de relações internacionais se amplia, de um simples fomentador para o desenhador de políticas integradas, envolvendo outras secretarias/departamentos. Todavia, nesta fase, a secretaria/setor de relações internacionais representa os interesses maiores da instituição nessas relações, procurando preservar o direcionamento dado pelo grupo dirigente. Iniciam-se projetos conjuntos/atividades de pesquisa/extensão com instituições estrangeiras. No caso das IES, geralmente as ações se incrementam e deixam de ser aquelas em que somente se recebe a tecnologia pré-fabricada no exterior. Passa-se a uma forma de cooperação em “via de mão dupla”, resultado do desenvolvimento institucional e da incorporação do processo de internacionalização nos diversos níveis do subgoverno/IES. Nesta fase, eventos como a troca de prefeito/reitor ou mudanças nas lideranças das secretarias/departamentos afetam parcialmente ou não influem negativamente nas ações e programas em andamento.

Quadro 1 – Fases de Internacionalização

Fonte: Adaptado de KRAUS e CRUZ (2004, p. 153).

2.3. Metodologia

Este estudo possui caráter qualitativo, que “...envolve o estudo do uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Os meios de investigação foram os documentais e bibliográficos. Nesse tipo de pesquisa, “... da mesma forma que as fontes de documentos, as bibliográficas variam, fornecendo ao pesquisador diversos dados, exigindo manipulação e procedimentos diferentes.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 185).

Em alguns casos, as informações foram obtidas através de entrevista telefônica, tanto com representantes do alto escalão dos governos municipais envolvidos, como com responsáveis pelos Assuntos Internacionais das IES pertencentes à ACAFE. Em muitos municípios, as ações acontecem em secretarias distintas, sem que haja uma integração entre elas, ou sem que se conte com uma secretaria que aglutine essas ações, ficando os registros dispersos ou mesmo perdidos com o tempo, pela falta de registro apropriado e/ou a saída da pessoa responsável pela mesma e que era a detentora da informação. Isto dificulta sobremaneira a obtenção de dados.

A pesquisa é também descritiva, pois teve como objetivo, entre outros, descrever determinada característica de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer relações entre variáveis. Desta forma, o trabalho é também uma pesquisa exploratória, em que, segundo Thiollent (1996, p.50) “...após o levantamento de todas as informações iniciais, os pesquisadores e participantes estabelecem objetivos da pesquisa”.

Foram trabalhados os municípios que possuem instalada em seu território a sede de alguma das IES pertencentes ao Sistema ACAFE:

Município	Instituições de Ensino Superior Fundacionais
Blumenau	FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Brusque	UNIFEBE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE
Caçador	UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Chapecó	UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Criciúma	UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Florianópolis	UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Itajaí	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Jaraguá do Sul	CATÓLICA SC - CATÓLICA DE SANTA CATARINA
Joaçaba	UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Joinville	UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
Lages	UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
Mafra	UnC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
Orleans	UNIBAVE - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
Rio do Sul	UNIDAVI - CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
São José	USJ - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Tubarão	UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Quadro 2 – Fases de Internacionalização

Fonte: Adaptado de KRAUS e CRUZ (2004, p. 153). Dados Pesquisa 2012

O mapa abaixo fornece uma visão panorâmica dos municípios trabalhados:
Sistema ACAFE



Figura 1 – Mapeamento do Sistema ACAFE

Fonte: ACAFE (2012)

Os municípios que possuem algum campus instalado em seu território serão considerados em pesquisa posterior.

3. Resultados e Análise dos Dados

As instituições de Ensino pertencentes à ACAFE possuem, em sua maioria, uma ampla rede de relacionamento externo, e uma série de acordos firmados que muitas vezes dão origem a programas de intercâmbio de alunos, programas de intercâmbio de professores, programas de dupla titulação, acordos para pesquisa conjunta, programas de pesquisa de mercado, entre outros.

Essas redes normalmente são desenvolvidas com investimento da instituição, e leva um determinado tempo para se desenvolver, uma vez que são vários os fatores que influem no estabelecimento de parcerias internacionais (distância psíquica, network, mão de obra qualificada, etc.).

Muitas delas atuam em um variado número de países e continentes, como é o caso da UNIVALI, UNISUL, UNIVILLE, UNESC e UDESC. Outras possuem um campo limitado de atuação, como por exemplo a UNIPLAC, a UnC, UNIARP ou a UNIBAVE, seja pelas características da região onde está inserida, ou pelo estágio de desenvolvimento do seu processo de internacionalização (KRAUS e CRUZ, 2004).

Classificou-se a interação entre os governos municipais e as instituições de ensino em direta, indireta ou inexistente, conforme o quadro abaixo:

Tipo de Interação	Caracterização da Interação:
Direta	Quando alguma ação externa do subgoverno foi intermediada pela IES em questão, a qual tenha utilizado seus contatos/acordos/programas com entidades no exterior para iniciar o relacionamento do município com o exterior, ou dar-lhe suporte para o desenvolvimento de qualquer atividade, ou vice-versa.
Indireta	Quando em determinado momento os interesses e ações do subgoverno em determinado país e/ou junto a determinada instituição coincidem com as da IES, sem que contudo tenha sido originado pela intervenção por parte da IES, e sua participação serve como suporte posterior, já no desenvolvimento de algo que se iniciou por iniciativa individual.
Inexistente	Quando não há interação entre ambos, mesmo que os países de atuação ou instituições conveniadas sejam os mesmos, ou mesmo se se encontram em fase avançada de internacionalização.

Quadro 3 – Tipologia de Interação
Fonte: Elaboração própria

No quadro abaixo apresenta-se as fases de internacionalização em que se encontram os municípios e as IES pesquisadas, bem como o tipo de interação existente entre eles.

Fase Internacionalização do Município	Fase Internacionalização da IES	Tipo da Interação
Blumenau	2 FURB	4 Direta
Brusque	2 UNIFEBE	2 Inexistente
Caçador	1 UNIARP	2 Inexistente
Chapecó	2 UNOCHAPECÓ	3 Inexistente
Criciúma	4 UNESC	5 Indireta
Florianópolis	5 UDESC*	5 Inexistente
Itajaí	5 UNIVALI	3 Direta
Jaraguá do Sul	2 CATÓLICA SC	3 Inexistente
Joaçaba	1 UNOESC	4 Inexistente
Joinville	5 UNIVILLE	5 Indireta
Lages	2 UNIPLAC	2 Inexistente
Mafra	? UnC	2 Inexistente
Orleans	2 UNIBAVE	2 Inexistente
Rio do Sul	1 UNIDAVI	3 Inexistente
São José	? USJ	? ?
Tubarão	2 UNISU	5 Inexistente

Quadro 4 – Fases de Internacionalização Município/IES versus Tipologia de Interação
Fonte: Adaptado de KRAUS e CRUZ (2004, p. 153). Dados Pesquisa 2012. Dados Pesquisa 2012
* A UDESC possui interação direta com o Governo do Estado de Santa Catarina
? Sem Resposta na Coleta de Dados

Pelos dados que foi possível coletar, verifica-se apenas casos isolados de intervenção direta por parte da IES na ação externa do subgoverno. No caso de Itajaí, foi em 1995, quando a UNIVALI empreendeu uma aproximação da Prefeitura de Itajaí (juntamente com a Câmara de Vereadores e a Associação Comercial e Industrial de Itajaí), e no caso de Blumenau, no que diz respeito a projeto envolvendo entidade na Suécia.

Dessa forma, pode-se verificar que na maioria dos casos inexistente interação direta entre o subgoverno e a IES. Em muitos casos a interação é inexistente e em alguns casos, a interação é indireta, como por exemplo no de Itajaí, que sediou uma parada da Regata Volvo, após ter tomado a iniciativa de fazer o contato com os organizadores da Regata em Alicante, com o importante apoio posterior da UNIVALI, que possuía intensos contatos com a Universidade de Alicante. Foi possível acionar esses contatos para apoiar a candidatura da cidade, o que teve um resultado extremamente positivo, resultando na eleição de Itajaí como o ponto de parada na América do Sul.

O entendimento da atividade de paradiplomacia, no caso presente, refere-se a prática de relações exteriores por entes subestatais, e a importância do aproveitamento dos programas internacionais das universidades que possuam programas de cooperação e intercâmbio. (CRUZ, 2011)

4. Considerações Finais

Tanto as IES pertencentes à ACAFE quanto os municípios onde possuem suas sedes vêm desenvolvendo ações de inserção internacional. Há, em algumas IES, um órgão que centraliza essas ações, que faz a gestão e desenvolvimento dos programas de intercâmbio e cooperação internacional, assim como, em alguns poucos municípios, pode haver uma secretaria de articulação internacional, como é o caso de Florianópolis. No entanto, este é se não o único, um dos poucos casos. No entanto, em nenhum deles existe um setor ou a figura de algum dirigente responsável por fazer a articulação entre a IES e o governo municipal no que respeita aos assuntos internacionais. Além disso, em muitos municípios, as ações acontecem em secretarias distintas, sem que haja uma integração entre elas, ficando os registros dessas ações dispersos ou mesmo perdidos com o tempo, pela falta de registro apropriado e/ou a saída da pessoa responsável pela mesma e que era a detentora da informação.

Apesar de haver algumas interações diretas, como pode ser o exemplo da Prefeitura de Blumenau com a FURB, trata-se de ação isoladas e não há um esforço coordenado que maximize as oportunidades criadas pelos programas de intercâmbio existentes na universidade e/ou pelas ações desenvolvidas pelo Município. Em muitos municípios inexistente interação com a IES e o que acontece em alguns casos é a solicitação de ajuda/colaboração para determinadas visitas ou eventos, quando uma das partes já fez os contatos e programou as atividades – interação indireta. Ou seja, não há planificação conjunta da inserção internacional.

Nesse contexto, uma alternativa para melhorar a interação entre ambos seria a criação de um programa que preparasse seus quadros, para que haja um maior fluxo de informações a respeito das estratégias e interesses de cada lado e que resultasse no surgimento de oportunidades de negócios, parcerias culturais, ou projetos conjuntos nas mais diversas áreas. Além disso, os municípios poderiam encomendar estudos de mercado às IES (como já faz a UNESC em relação ao Governo do Estado), ou que se promova missões específicas aos participantes dos programas, como forma de levantar as informações necessárias em cada momento.

Destarte, conclui-se como atuantes no cenário internacional, tanto a grande maioria das IES quanto dos municípios, em fases distintas de internacionalização. Se os municípios, mesmo atuando de forma dispersa, já apresentam ações significativas no cenário internacional, pudera sob a forma de cooperação com a(s) IES que tem instalada em seu território.

REFERÊNCIAS

- _____. Dez Regras Modernas de Diplomacia. **Revista Espaço Acadêmico**, ano I, nº 4, 2001. Recuperado de <http://www.espacoacademico.com.br/004/04.htm>.
- _____. Renascimento cultural. **Historianet**: a nossa história. Recuperado de <http://www.hisrianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=191>.
- _____. Conheça a ONU. **Nações Unidas no Brasil**. Recuperado de http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php.
- ACAFE, IES do Sistema ACADEMICO (mapa). Recuperado de <http://www.afe.org.br/new/index.php?endereco=conteudo/institucional/mapas.php>.
- ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de direito internacional público**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil**: as relações econômicas internacionais no império. 2.ed. São Paulo: Senac, 2001.
- BATH, Sérgio. **O que é Diplomacia**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.
- BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- BRANCO, Álvaro Chagas C.; **A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais**. V.4, n.1. Brasília, 2007.
- BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional. 2008.
- COORDENADORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA UNIVALI. **Relatório de Planejamento Estratégico 2007-2011**. Itajaí: UNIVALI, 2007.
- COORDENADORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA UNIVALI. **Relatório sobre número de alunos participantes do programa de Intercâmbio de Alunos 1994-2010**. Itajaí: UNIVALI, 2011.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas, *O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento*. **Revista Brasil Política Internacional**, nr 42, 1999. Recuperado de http://www.mundorama.info/Mundorama/RBPI_19932007_files/RBPI_1999_1.pdf#page=5.
- CRUZ, Cláudia B.B. ; Ehrhardt, G. . *Os Programas Universitários De Cooperação E Intercâmbio Como Instrumento De Paradiplomacia: A Abordagem Estratégica de uma Instituição de Ensino Superior IES para o Município em que se encontra instalada..* In: **ENEFA - XXVII Encuentro Nacional de Facultades de Administración y Economía, 2011, Pucón-Chile. Anais do XXVII Encuentro Nacional de Facultades de Administración y Economía**. Santiago: Universidad de Chile, 2011.
- DANESE, Sérgio F. **Diplomacia presidencial**: historia e critica. Rio de Janeiro: Topbooks, c 1999.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S.. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa – teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GAMBINI, Priscila Truviz. *Rede Mercocidades: a legitimidade da ação internacional de governos locais brasileiros para o fortalecimento da integração regional no Mercosul*. In **Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI**. Manaus, 2006. Recuperado de WWW.CONPEDI.org/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_intern_pub_priscila_truviz_gambini.pdf.
- KRAUS, Pedro e CRUZ, Cláudia “Internacionalização de Instituições de Ensino Brasileiras”, in COLOSSI, Nelson e SOUZA PINTO, Marli Dias (Orgs). **Estudos e Perspectivas em Gestão Universitária**. Blumenau: Nova Letra, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991
- LAMPREIA, Luiz F. **Diplomacia Brasileira**: palavra, contextos e razões. 2.ed. Rio de

Janeiro. Ed. Nova Aguilar, 1999.

LECOURS, A. Political Issues of Paradiplomacy: Lessons from the Developed World, **Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’**. 2008. Recuperado de <http://clingendael.info/publications/2008/20081217_cdsp_diplomacy_paper_paradiplomacy.pdf>.

LESSA, José Vicente da Silva. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais**. Brasília: MRE, 2002.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Tratados internacionais**. 2. ed. São Paulo: J. Oliveira, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**, 13. ed, v. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Prática Diplomática Brasileira –Manual de Procedimentos**. Brasília. Divisão de Atos Internacionais, 2008. Recuperado de <http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf>.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. **Dados da Assessoria de Comunicação sobre a Ação Externa do Município de Itajaí**. Itajaí: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, 2011.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo et al. (org.) **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Ed. Unesp; Bauru: EDUSC, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. *Globalização e governos subnacionais no Brasil*, Revista “El colegio San Luis”, n.11. San Luiz Potosí, 2002.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **Política externa federativa**. v. 7, n.3, Rio de Janeiro: *Network*, 1998.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e municípios brasileiros**. São Paulo, PUC-SP, 2004 (Tese de Doutorado). Recuperado de <http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/4713d9cafa1234bb867f8f4eec0f221fpoliticaexternafederativa.pdf>.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional. N.47, v.02, p.131-162, 2004.

SEITENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. **Introdução ao Direito Internacional público**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SICARI, Vincenzo Rocco. **O Direito das relações diplomáticas**. Coleção para entender - Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SORENSEN, Max. **Manual de derecho internacional público**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

UNIVALI, Informação Institucional. Recuperado de <<http://www.univali.br/modules/system/stdreq.aspx?P=7&VID=default&SID=434536399573351&S=0&C=27814>>.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro. Ed. Record,1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; VIGEVAN, Tullo (Org). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: Educ, 2005.